

Orçamento Fiuza pede novo prazo para entregar relatório

O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Ricardo Fiuza (PFL/PE), pediu ontem pela manhã à comissão um novo prazo para apresentar o seu parecer. Argumentando a necessidade de tempo para exame da matéria pela comissão, Fiuza ficou de entregar o seu relatório na reunião de hoje à noite ou até amanhã. Com isso, o Congresso não entrará em recesso até que o parecer do relator seja aprovado pela comissão e posteriormente pelo plenário do Congresso.

A prorrogação da sessão legislativa até a próxima sexta-feira, dia 20, cogitada desde algumas semanas atrás, torna-se assim uma realidade. Para muitos membros da Comissão de Orçamento, a demora para entrega do relatório seria uma estratégia de Fiuza — também líder do bloco governista na Câmara — para postergar o término da sessão a fim de ganhar tempo até que se obtenha um acordo com relação ao ajuste fiscal proposto pelo Governo, que precisa aumentar em 12 bilhões de dólares sua arrecadação tributária em 1992 para fechar um acordo com o FMI.

Enquanto permanece o impasse com relação ao relatório do Orçamento da União para 1992, a Comissão de Orçamento prosse-

gue com a votação dos pedidos de crédito suplementar feitos pelo Executivo nas últimas semanas. Ontem pela manhã, a Comissão aprovou mais quatro projetos de crédito — repassando Cr\$ 3,3 bilhões para operações de crédito da Interbrás, Cr\$ 17 milhões para a compra de telefones pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, Cr\$ 1,5 milhão para a Escola Técnica de Alagoas e Cr\$ 1,1 bilhão para convênios do FNDE com as universidades. Os projetos que previam repasse de Cr\$ 2 bilhões para a Radiobrás e Cr\$ 220 bilhões para o Fundo de Previdência do Servidor Público — ainda nem instalado — foram rejeitados.

Hoje, pela manhã, a Comissão de Orçamento vota os últimos projetos de crédito suplementar, incluído uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias com vistas à emissão de títulos para pagamentos de dívidas dos usineiros, o repasse de Cr\$ 4,5 trilhões para despesas com o serviço de dívida externa e de Cr\$ 28 bilhões para a Secretaria de Desenvolvimento Regional, além de mais seis projetos envolvendo vários ministérios e órgãos federais. Aprovados, os projetos seguem apreciação do Congresso Nacional.